



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2024



COMPOSIÇÃO

Conselheiro-Presidente

Wilber Carlos dos Santos Coimbra

Conselheiro Vice-Presidente

Paulo Curi Neto

Conselheiro Corregedor

Edilson de Sousa Silva

Conselheiro-Presidente da 1ª Câmara

Valdivino Crispim de Souza

Conselheiro-Presidente da 2ª Câmara

Jailson Viana de Almeida

Conselheiro Ouvidor

Francisco Carvalho da Silva

Conselheiro-Presidente da Escola Superior de Contas

José Euler Potyguara Pereira de Mello

Conselheiros Substitutos

Omar Pires Dias

Francisco Júnior Ferreira da Silva

Erivan Oliveira da Silva

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Miguidônio Inácio Loiola Neto

Procurador Corregedor

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira

Procuradores do MPC

Yvonete Fontinelle de Melo

Adilson Moreira de Medeiros

Ernesto Tavares Victoria

Willian Afonso Pessoa

1	APRESENTAÇÃO	4
2	GOVERNANÇA	5
	Visão Geral da Organização	6
	Cadeia de Valor	11
	Planejamento Estratégico	12
	Plano de Gestão 2024-2025	15
	Licitações e Contratos	16
3	CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS	23
	Volume de Recursos Fiscalizados	24
	Multas e Responsabilizações	32
	Processos Autuados e Julgados	33
	Programas e Projetos de Tecnologia	36
	Fortalecimento dos Controles	39
4	INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	42
	Desenvolvimento Sustentável	43
	Saúde	45
	Educação	47
5	GESTÃO DE PESSOAS	54
	Força de Trabalho	55
	Ações Educacionais	57
6	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	60
	Execução LOA - 2024	62
	Limite de Gastos com Pessoal	65

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos instrumentos normativos que tratam do dever de relatar as realizações deste Tribunal de Contas - artigo 49, § 4º da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar n. 154, de 1996 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades do exercício 2024 deste Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE-RO.

Este Tribunal, no âmbito de sua jurisdição, firmado no seu papel constitucional que lhe garante os atributos da independência e autonomia, teve o zelo de detalhar as informações neste relatório, de modo a demonstrar, a essa Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a aferição dos resultados de sua atuação, com o propósito de expressar ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, com plena transparência, os resultados alcançados decorrentes da aplicação dos recursos arrecadados, no trabalho incessante de cumprimento do controle externo e fomento ao aprimoramento das políticas públicas em benefício da sociedade.

Conselheiro **WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA**
Presidente





GOVERNANÇA

Governança

Visão Geral da Organização

O TCE-RO é formado por sete Conselheiros e três Conselheiros Substitutos. O Ministério Público de Contas - MPC, instituição fundamental ao funcionamento do TCE-RO, é composto por seis Procuradores de Contas.

01

Os Conselheiros do TCE-RO, além de comporem o Tribunal Pleno e formarem as Câmaras, ocupam de forma alternada os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor, Presidentes de Câmaras e Presidente da Escola Superior de Contas.

Dos sete Conselheiros, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles alternadamente entre Conselheiros Substitutos e membros do MPC. Os outros quatro cargos são de livre escolha da Assembleia Legislativa, observados os critérios constitucionais e legais.

02

Os Conselheiros Substitutos são nomeados pelo Governador do Estado, mediante concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Contas, entre cidadãos que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do TCE-RO.

Os Conselheiros Substitutos, além de participarem dos colegiados, substituem os Conselheiros em suas ausências e impedimentos legais ou em caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados para completar o *quorum* no Plenário ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

03

O Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, atualmente, compõe-se de um Procurador-Geral e cinco Procuradores, nomeados pelo Governador do Estado, entre brasileiros, bacharéis em Direito, aprovados em concurso público de provas e títulos.

Governança

Universo de Atuação

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia foi instituído em 31 de janeiro de 1983, por meio do Decreto-Lei n. 47 do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe as funções de auditoria sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

O TCE-RO tem jurisdição privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros, toda pessoa natural ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou municípios, mediante convênio ou instrumento congênere.

Nossa missão é de assegurar o uso eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, colaborando para que os resultados das políticas públicas beneficiem a sociedade.

Esse universo de atuação do TCE-RO compreende 431 Unidades Jurisdicionadas distribuídas nos poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, de economia mista e fundos.

**431 Unidades
Jurisdicionadas**
132 Estaduais
299 Municipais

48 Administração Direta
84 Administração Indireta
52 Prefeituras
52 Câmaras Municipais
**195 Autarquias, Fundos,
Fundações, Empresas Públicas**

Governança

Competências

A Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 70 e 71, confere ao Poder Legislativo a competência de exercer o Controle Externo da Administração Pública, o que implica fiscalizar a boa gestão dos recursos públicos. No exercício dessa função, o Poder Legislativo atua com o auxílio do Tribunal de Contas, órgão ao qual se atribui essa função para realizá-la de maneira técnica e independente, na busca da plena performance institucional e pelo bem-estar social.

De maneira ampla, a competência do Tribunal de Contas se estende a toda governança e gestão pública. Da definição estratégica a avaliação dos resultados, o controle compreende todos os atos administrativos, de qualquer natureza, e possui amplo espectro, que vai da estrita análise da observância legal à verificação da efetividade das medidas adotadas, avaliando o controle do mérito administrativo.

Cabe, portanto, ao Tribunal de Contas verificar o ciclo de governança e gestão, da definição das diretrizes, avaliação e monitoramento, ao planejamento, execução, controle e avaliação de resultados. É dizer, a fiscalização alcança desde uma simples verificação de conformidade do ato administrativo até a análise do alcance dos objetivos e da eficiência dos meios utilizados para o atingimento dos resultados de interesse público e social.

Governança

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está departamentalizada em três níveis de funcionamento: 1. Órgãos Colegiados; 2. Órgãos de Direção Superior e 3. Estrutura Executiva da Presidência.

1

Os órgãos colegiados são estruturas organizacionais com a função de apreciação e julgamento das contas e de atos e fatos da Administração Pública Estadual e Municipal.

O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - MPC. As Câmaras são compostas por três Conselheiros, um Conselheiro Substituto convocado em caráter permanente e um representante do MPC indicado pelo Procurador-Geral.

2

Os órgãos de Direção Superior são estruturas que conduzem a instituição, exercendo as funções de direcionamento, avaliação e monitoramento. Exercem essas funções o Conselho Superior de Administração (formado pelos 7 Conselheiros), a Presidência e a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

3

A Estrutura Geral da Presidência é composta pelas secretarias e suas unidades operacionais que realizam e fornecem apoio à atividade-fim do TCE-RO. As grandes secretarias são:

- Secretaria-Geral da Presidência - SGP
- Secretaria-Geral de Administração - SGA
- Secretaria-Geral de Controle Externo - SGCE
- Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG
- Secretaria de Processamento e Julgamento - SPI
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Governança

Estrutura Organizacional

A legislação que trata da Estrutura Organizacional recente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia está consolidada por meio da Lei Complementar n. 1.024, de 06 de junho de 2019.

Nesse diploma encontram-se, além da estrutura organizacional da Corte, as competências atribuídas a cada unidade. As atribuições dos cargos de provimento efetivo e em comissão, que integram a estrutura do TCE-RO podem ser encontradas, ainda, no Regimento Interno e na Resolução n. 70/TCE-RO-2010.

O diagrama facilita a compreensão do organograma do TCE-RO, de acordo com as macrofunções de governança e gestão.

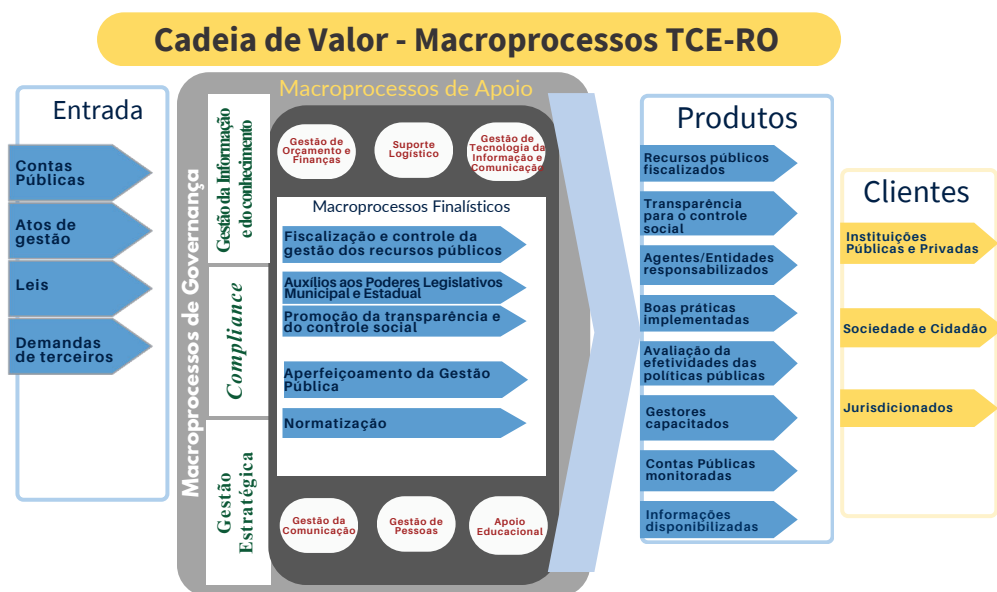


Governança

Cadeia de Valor

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; responsabilizar por erros e fraudes na gestão dos recursos públicos; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

Tendo esses propósitos em vista, o TCE-RO estruturou sua cadeia de valor, ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar à sociedade, constituindo uma importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais.



Fonte: Comissão Especial para atuar no mapeamento e redesenho de macroprocessos do TCE-RO (Portaria n. 655, de 4 de agosto de 2017).

Governança

Planejamento Estratégico

Processo de definição da estratégia

O plano estratégico é a ferramenta fundamental de orientação às ações de uma organização em direção aos seus objetivos de longo prazo. Oferece uma visão abrangente e estruturada das metas, prioridades e estratégias que a organização pretende adotar para alcançar o sucesso, capacitando-a a antecipar desafios, identificar oportunidades e adaptar-se de forma efetiva às mudanças, garantindo assim o desenvolvimento contínuo e a sua sustentabilidade.

A construção da estratégia organizacional exigiu reflexões internas sobre quem somos e para que existimos como instituição de controle externo.

Nessa autorreflexão, conclui-se que o Tribunal de Contas tem, não apenas o potencial, mas também a obrigação de impactar a sociedade por meio das ações de controle. As atividades devem agregar valor, o que em termos práticos exigem que as auditorias estejam associadas ao aprimoramento da governança e à gestão dos recursos públicos, resultando em benefícios sociais relevantes, como por exemplo, a melhoria da qualidade das políticas públicas e a ampliação do acesso às políticas públicas.

De acordo com o princípio 7 das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), as Entidades de Fiscalização Superior devem “contribuir para o debate sobre as melhorias do setor público”, com vistas a ser uma “fonte confiável, independente e objetiva de conhecimento e de orientação para apoiar mudanças positivas no setor público”.

Passados três anos da implementação do atual planejamento estratégico, percebe-se que avanços importantes foram diretamente influenciados pela atuação do TCE-RO, tais como: o combate à pandemia de COVID-19, a retomada das aulas presenciais e a melhoria dos indicadores de alfabetização.

Governança

Planejamento Estratégico



Compreendendo a importância de uma atuação robusta e sustentável, a Gestão de 2024-2025 liderou a atualização do Plano Estratégico que culminou na revisão dos eixos estratégicos da carta de diretrizes, visando fortalecer tanto o desenvolvimento interno quanto o externo.

No âmbito externo, destacam-se duas diretrizes fundamentais: **(i) indução para a efetividade de políticas públicas**, especialmente nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento regional sustentável; e **(ii) fortalecimento dos mecanismos de integridade** para contribuir com o equilíbrio financeiro das contas públicas, a regularidade dos atos e das ações desenvolvidas pela administração, a transparência e a boa governança da gestão da coisa pública, por meio do controle externo, a fim de fomentar a *accountability* e a participação popular nos negócios públicos.

Governança

Planejamento Estratégico

No âmbito interno foram delineadas três diretrizes essenciais: **(i) implementar o controle externo orientado por dados**, para gerar informações de qualidade e ampliar a efetividade institucional; **(ii) atrair e manter colaboradores engajados, saudáveis, capacitados e produtivos**, com foco em garantir a excelência na prestação de serviços públicos; e **(iii) fortalecer a integridade**, visando estruturar mecanismos de gerenciamento de riscos de processos e de conduta,

Com efeito, as mencionadas diretrizes não apenas fortalecem o controle externo, mas também contribuem para a perenidade, eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade das ações do Estado de Rondônia.

O Plano Estratégico revisado do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) está disponível para o cidadão no endereço eletrônico ou QRCODE apresentado:

<https://tcero.tc.br/2021/09/08/plano-estrategico-2021-2028/>

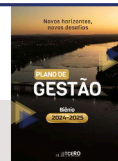


PLANO ESTRATÉGICO

2021-2028

REVISÃO 24 - 28

Governança



Plano de Gestão 2024-2025

No ano de 2024 os resultados previstos e monitorados no Plano de Gestão demonstram o comprometimento com o progresso dos projetos, metas e ações que estão vetorizados para a busca da eficiência operacional e o avanço dos objetivos institucionais, contribuindo para a excelência na Administração Pública e consequente benefício para a sociedade.

Foram concluídas 97 ações das 133 programadas, o que corresponde a aproximadamente 74% (setenta e quatro por cento) do total, espelhando o permanente esforço por todos os colaboradores da organização e a precisão com o cumprimento do programado para o período em referência.

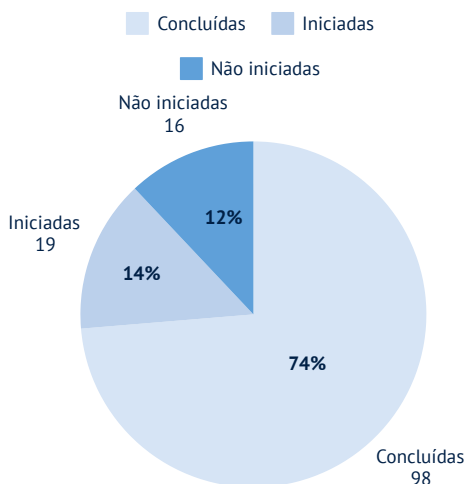
O acompanhamento minucioso e tempestivo realizado é de suma importância, com a implementação de ações corretivas, impulsionando a qualidade e efetividade das entregas, e auxiliando a tomada de decisões estratégicas da governança do Tribunal.

O Plano está hospedado na página oficial deste Tribunal de Contas e pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico:

https://tcero.tc.br/plano-de-gestao/#flipbook-df_50592/1/

Quantitativos e Percentuais

Gráfico 1 – Execução das ações do Plano de Gestão 2024-2025.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG.

Governança

Licitações e Contratos

Para viabilizar a adequada execução dos diversos projetos e processos bem como viabilizar a continuidade das atividades do Tribunal, foram realizadas 28 contratações no 4º trimestre de ano de 2024, no valor total de R\$ 13.951.520,85 (treze milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos).

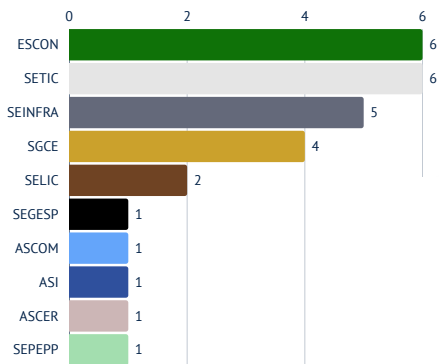
Tabela 1: Contratações distribuídas por tipo e valor.

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA GERADA
Pregões	15	R\$ 11.932.074,48	R\$ 10.408.275,36	R\$ 1.523.799,12
Dispensas	6	R\$ 2.404.152,03	R\$ 2.278.955,49	R\$ 125.196,54
Inexigibilidades	7	R\$ 1.264.290,00	R\$ 1.264.290,00	-
TOTAIS	28	R\$ 15.600.516,51	R\$ 13.951.520,85	R\$ 1.648.995,66

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC e Secretaria-Geral de Administração - SGA.

O processo de licitação das contratações realizadas no 4º trimestre/2024 gerou a economia de R\$ 1.648.995,66 (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos). Considera-se como economia gerada, a diferença entre o valor orçado nas cotações iniciais junto aos fornecedores/prestadores de serviços, em comparação ao realmente contratado após os procedimentos licitatórios.

Gráfico 2 – Contratações distribuídas por quantidade e áreas favorecidas no 4º trimestre/24.



Quantidade de contratações finalizadas: 28
Valores contratados: R\$ 13.951.520,85
Percentual de processos licitatórios: 54%
Percentual de contratações diretas: 46%
Áreas mais beneficiadas: SETIC e ESCON

Fonte: Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC e Secretaria-Geral de Administração - SGA.

Governança

Licitações e Contratos

Entre as contratações realizadas no 4º trimestre/24, destacam-se as de maior relevância, seja por questão estratégica (Plano Estratégico 2021-2028, revisão 2024-2028) ou por sua representação financeira frente ao orçamento do TCE-RO e ao Plano Anual de Contratação - PAC 2024.

Tabela 2: Contratações mais relevantes no 4º trimestre/24.

OBJETO E DEMANDANTE	VALOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Item 96 do PAC 2024 - SEGES Aquisição de materiais para suporte às ações de saúde e segurança no trabalho como desfibrilador portátil automático, balança de bioimpedância, balança antropométrica, etc.	R\$ 19.393,82	Eixo B - 4) ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS, EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Item 103 do PAC 2024 - SEINFRA Contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços da folha de pagamento.	R\$ 3.688.691,32 (crédito)	Eixo B - 4) ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Itens 114 e 115 do PAC 2024 - SEINFRA Gerenciamento de Resíduos Sólidos e PGRS.	R\$ 123.200,00	Eixo B - 4) ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Item 131 do PAC2024 - SGCE Consultoria em Parcerias Público-Privadas.	R\$ 802.500,00	Eixo A - 2) FORTALECER OS MECANISMOS DE INTEGRIDADE E CONTRIBUIR PARA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DAS CONTAS PÚBLICAS, POR MEIO DO CONTROLE EXTERNO.
Item 133 do PAC 2024 - SGCE Contratação de ensaios laboratoriais destrutivos e não destrutivos de betumes, solos e concreto.	R\$ 1.804.805,80	Eixo A - 2) FORTALECER OS MECANISMOS DE INTEGRIDADE E CONTRIBUIR PARA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DAS CONTAS PÚBLICAS, POR MEIO DO CONTROLE EXTERNO.
Item 162 do PAC 2024 - SETIC Contratação da plataforma SERPRO Multicloud.	R\$ 385.965,85	Eixo B - 3) IMPLEMENTAR O CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS PARA GERAR INFORMAÇÃO DE QUALIDADE E AMPLIAR A EFETIVIDADE INSTITUCIONAL.
Item 165 do PAC2024 - SETIC Gerenciamento de acessos privilegiados - PAM.	R\$ 770.000,00	Eixo B - 5) ESTRUTURAR MECANISMOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE PROCESSOS E DE CONDUTA, COM VISTAS A FORTALECER A INTEGRIDADE INSTITUCIONAL.

Fonte: Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC e Secretaria-Geral de Administração - SGA.

Governança

Licitações e Contratos

Em relações às contratações públicas, os compromissos assumidos no ano de 2024, perfazem um valor total de R\$ 60.349.568,05 (sessenta milhões, trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinco centavos).

Comparando as contratações por modalidade, e considerando os exercícios de 2022, 2023 e 2024, observa-se a seguinte performance:

Tabela 3: Comparativo 2022/2023/2024 das contratações distribuídas por tipos e valores.

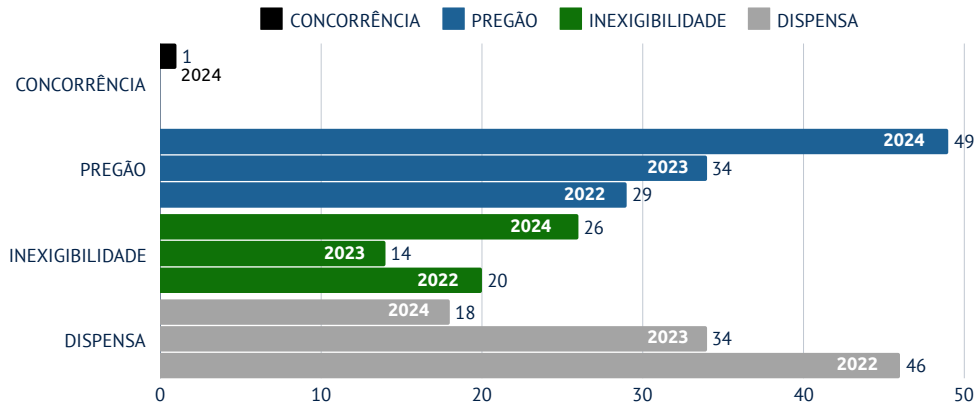
MODALIDADE	2022	VALOR CONTRATADO	2023	VALOR CONTRATADO	2024	VALOR CONTRATADO
Dispensa	46	R\$ 249.721,10	34	R\$ 372.857,59	18	R\$ 2.401.327,37
Inexigibilidade	20	R\$ 7.264.298,14	14	R\$ 9.982.704,46	26	R\$ 14.800.900,34
Pregão	29	R\$ 5.035.400,04	34	R\$ 106.816.151,66	49	R\$ 36.298.010,22
Concorrência	0	-	0	-	1	R\$ 6.849.330,12
Total	95	R\$ 12.549.419,28*	82	R\$ 117.171.713,71*	94	R\$ 60.349.568,05

Fonte: Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC e Secretaria-Geral de Administração - SGA.
Nota (*): A expressiva diferença de valores entre 2023 e 2022 comparativamente, deu-se em razão de contratos continuados com valores expressivos realizados em 2023.

2022 Quantidade de contratações finalizadas: 95 Valores contratados: R\$ 12.549.419,28 Percentual de processos licitatórios: 31% Percentual de contratações diretas: 69%	2023 Quantidade de contratações finalizadas: 82 Valores contratados: R\$ 117.171.713,71 Percentual de processos licitatórios: 41% Percentual de contratações diretas: 59%	2024 Quantidade de contratações finalizadas: 94 Valores contratados: R\$ 60.349.568,05 Percentual de processos licitatórios: 53% Percentual de contratações diretas: 47%
---	--	---

Nos últimos três anos houve um aumento na quantidade de pregões e uma redução nas dispensas de licitação, conforme demonstra a representação gráfica a seguir.

Gráfico 3 – Contratações distribuídas por modalidade.



Fonte: Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC e Secretaria-Geral de Administração - SGA.

Governança

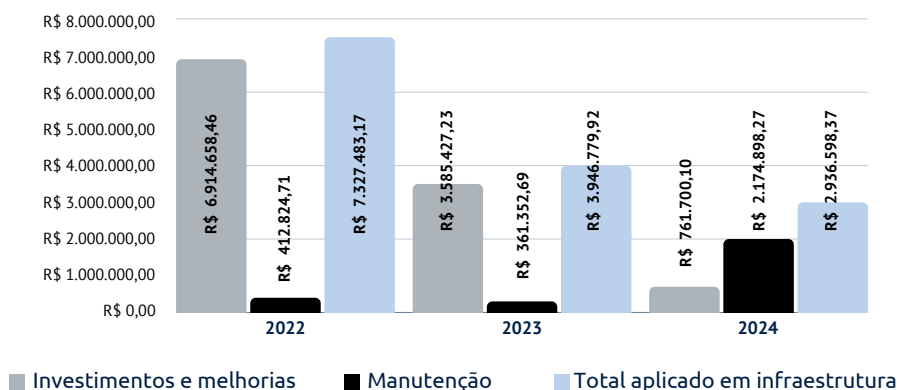
Investimento em Infraestrutura e Manutenção

No decorrer de 2022, 2023, 2024, houve um decréscimo no volume de investimentos. Em 2022, observou-se um montante maior destinado ao investimento em melhorias, com o avançar dos anos o valor foi reduzido, o que se atribui ao término da fase mais significativa da reforma do edifício sede do TCE-RO.

A infraestrutura da sede passou a estar em sua versão definitiva, com os principais pontos de melhoria já implementados. Com isso, observou-se uma redução na despesa de investimentos de aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento) entre os anos de 2022 e 2023, e cerca de 78% (setenta e oito por cento) comparando os exercícios de 2023 e 2024.

A manutenção de infraestrutura foi realizada de maneira contínua, em conformidade com o cronograma estabelecido e considerando as necessidades operacionais do TCE-RO. Na variação nos valores compreendido entre os exercícios de 2022, 2023 e 2024, observou-se uma redução de aproximadamente 46% (quarenta e seis por cento) em 2023 em relação a 2022, seguida de um uma redução de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) de 2024 em relação a 2023. Tal variação ocorreu em razão da implementação da sistemática de *Facility* de Manutenção Predial.

Gráfico 4 – Comparativo 2022/2023/2024 dos valores de investimentos em infraestrutura.



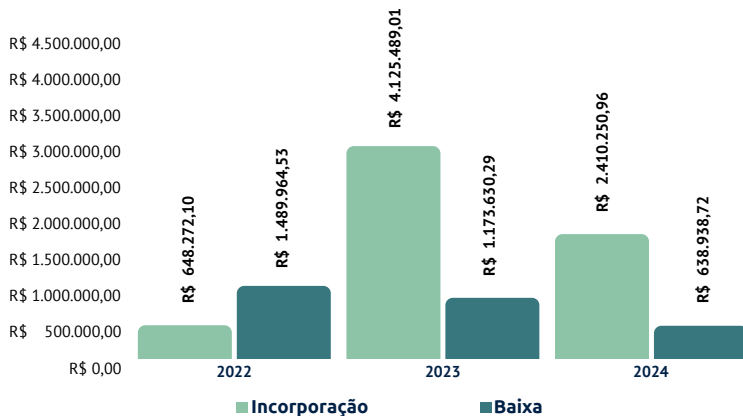
Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

Governança

Investimento em Infraestrutura e Manutenção

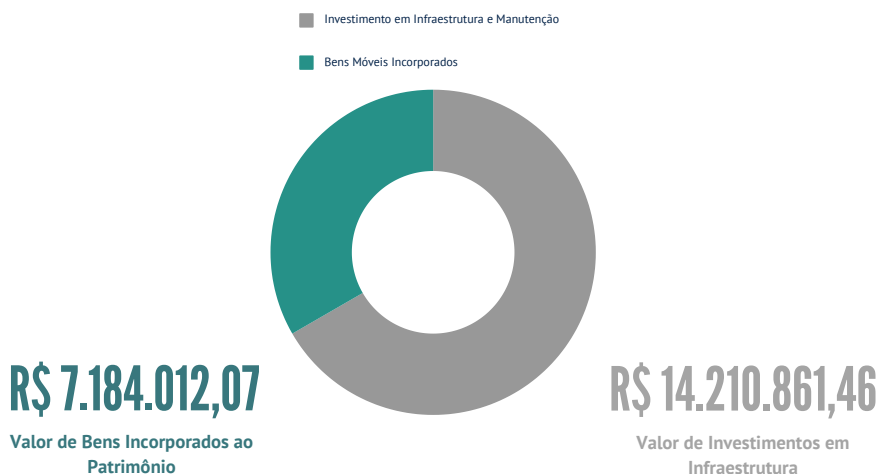
Quanto a análise do total de bens móveis (incorporação e baixa) ao patrimônio do TCE-RO, no período de 2022 a 2024 tem-se os montantes a seguir:

Gráfico 5 – Comparativo 2022/2023/2024 dos valores de bens móveis (incorporação e baixa).



Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

Gráfico 6 – Valores totais 2022/2023/2024 de investimentos em infraestrutura e bens incorporados.



Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

Governança

Comunicação e Divulgação Institucional

Buscando dar transparência aos seus atos e gerar maior engajamento em suas ações internas e externas, o TCE-RO promove a divulgação institucional de suas atividades em diversos meios de comunicação.



Governança

Comunicação e Divulgação Institucional





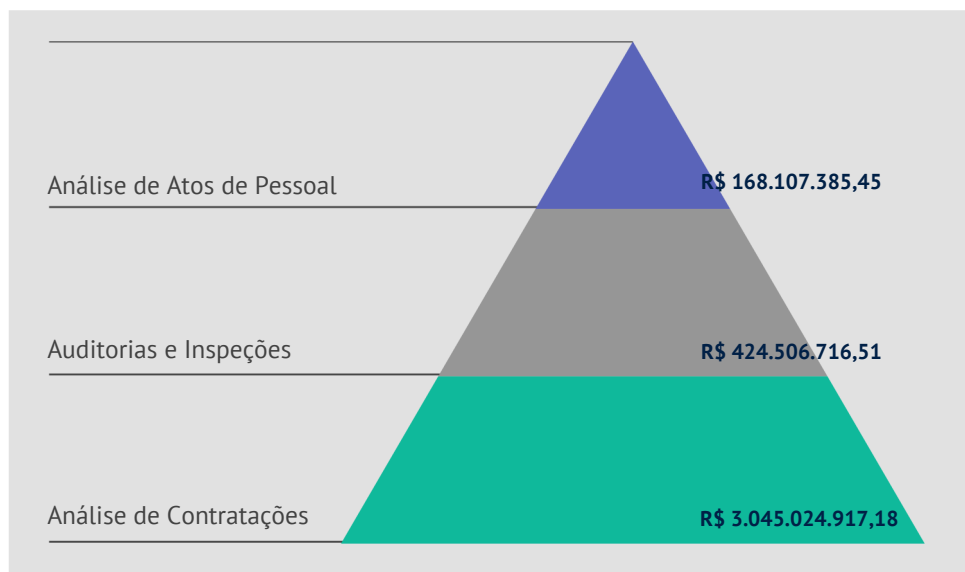
CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

Controle Externo Orientado por Dados

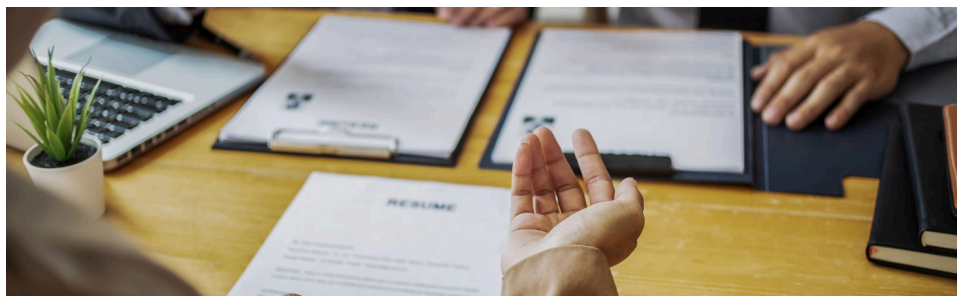
Volume de Recursos Fiscalizados

No ano de 2024, foram fiscalizados **R\$ 3.637.639.019,14** (três bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, seiscentos e trinta e nove mil, dezenove reais e quatorze centavos), por meio de suas ações típicas de controle. O gráfico 4 demonstra o volume de recursos fiscalizados em cada ação de controle, detalhadas na sequência.

Gráfico 7 – Valores fiscalizados por ação de controle.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.



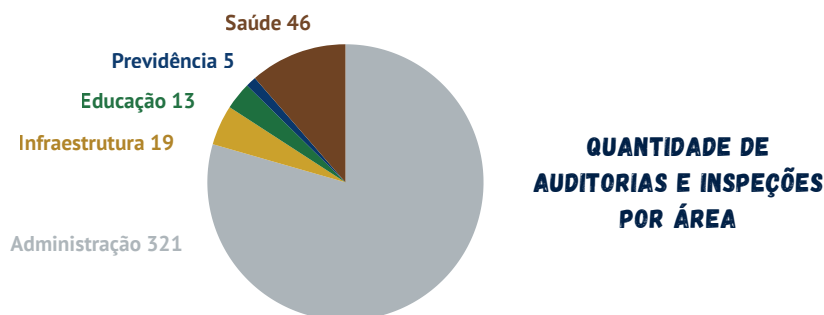
Controle Externo Orientado por Dados

Auditorias e inspeções

A atividade de controle de maior abrangência exercida pelo Tribunal de Contas é a fiscalização dos recursos envolvidos na Administração Pública, que ocorre por meio da análise de processos em auditorias e inspeções.

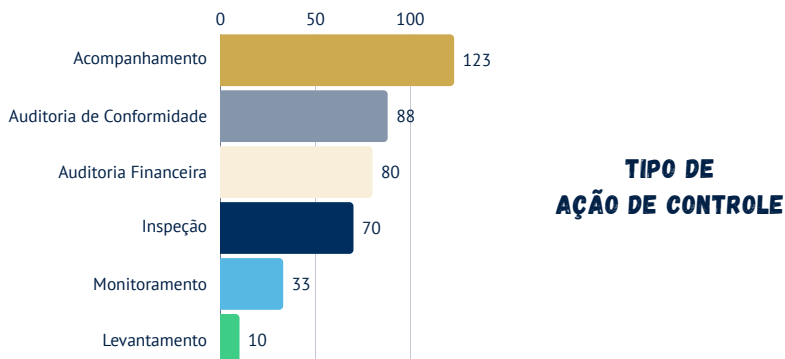
No ano de 2024, foram finalizados 404 processos totalizando **R\$ 424.506.716,51** (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e seis mil, setecentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos) em recursos fiscalizados somente no período em análise.

Gráfico 8 – Distribuição das auditorias e inspeções por área temática.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Gráfico 9 – Distribuição das auditorias e inspeções por tipo.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

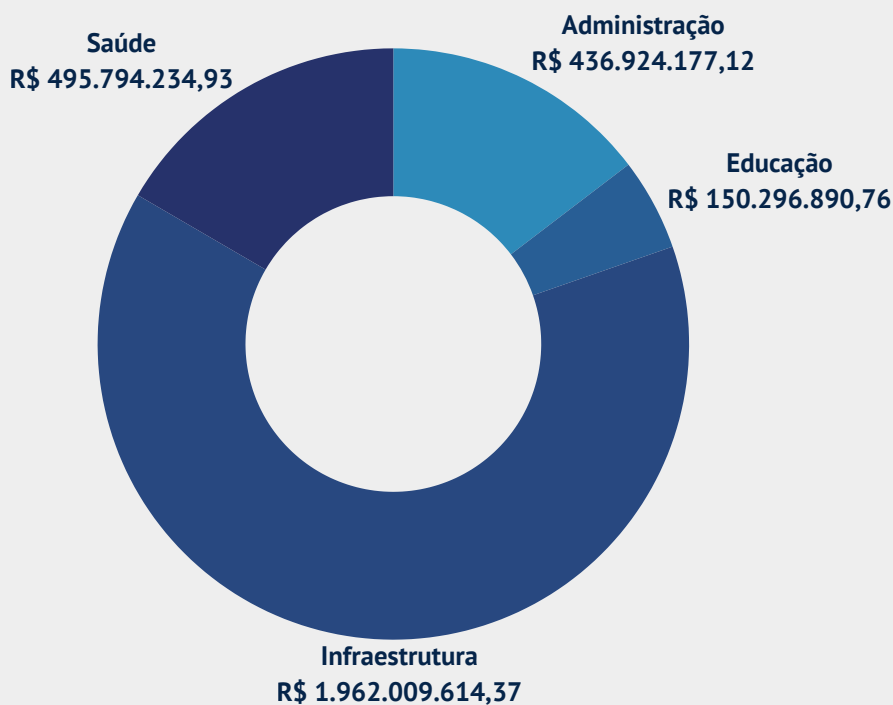
Controle Externo Orientado por Dados

Análise de Contratações

Durante a análise de atos de contratações, verificou-se diversos contratos públicos, abrangendo o valor de **R\$ 3.045.024.917,18** (três bilhões, quarenta e cinco milhões, vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais e dezoito centavos). As áreas temáticas que tiveram contratos analisados foram administração, educação, infraestrutura e saúde, em sentido amplo.

O gráfico 10 demonstra os valores fiscalizados em cada área.

Gráfico 10 – Valores fiscalizados por área.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Análise de Atos de Pessoal

Quanto a análise de Atos de Pessoal, verificou-se a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade as despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vale ressaltar que, após a entrada em vigor da Instrução Normativa n.71/2020/TCE-RO, no exame de processos relativos a atos de aposentadoria e pensão está sendo adotado o exame sumário, quando verificados os preenchimentos dos requisitos estabelecidos em portaria.

O volume de recursos apreciados nessa modalidade alcançou o montante de **R\$ 168.107.385,45** (cento e sessenta e oito milhões, cento e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Outros Benefícios

Além dos benefícios gerados, a partir das atividades típicas de controle (fiscalização, análise de atos de pessoal e análise de contratos), outras ações foram desenvolvidas com o propósito de melhorar os processos de gestão e governança pública com o foco em resultados.

Na sequência serão apresentados, de forma resumida, os principais benefícios efetivos e potenciais gerados pela atuação do TCE-RO.

São ações adotadas para fazer frente aos problemas públicos relevantes, visando a entrega de benefícios para as políticas públicas, conforme apresentado na Tabela 4.

Controle Externo Orientado por Dados

Tabela 4: Relação das ações com entrega de benefícios.

ÁREA	PROBLEMA	BENEFÍCIO
Saúde	Disponibilização de profissionais de saúde. Armazenamento e fornecimento adequado de medicamentos. Disponibilização de exames conforme as necessidades emergenciais. Qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde.	Garantir a presença adequada de profissionais de saúde nas unidades de atendimento, assegurando que a população tenha acesso aos cuidados médicos quando necessário. Assegurar que os medicamentos sejam armazenados corretamente e fornecidos conforme a necessidade, prevenindo problemas de escassez e garantindo a eficácia dos tratamentos. Garantir que exames médicos estejam disponíveis e sejam realizados de maneira oportuna, conforme a urgência de cada caso, facilitando diagnósticos precisos e tratamentos adequados. Avaliar e assegurar que o atendimento prestado pelos profissionais de saúde seja de alta qualidade, proporcionando um cuidado mais eficiente e humanizado para os pacientes.
Governança e Transparência Pública	Serviços de Ouvidoria das prefeituras dos Municípios de Rondônia.	Conhecer a organização e a estrutura das áreas de Ouvidoria das prefeituras municipais. Propor medidas corretivas em face das possíveis deficiências identificadas. Subsidiar o mapeamento dos gerenciamentos de riscos para auxiliar o planejamento e execução de fiscalizações futuras. Melhorar a estrutura dos serviços de Ouvidoria. Aperfeiçoar a prestação dos serviços públicos. Assegurar os direitos do usuário em obediência à Lei Federal nº 13.460/2017.
Saneamento Básico	Abastecimento de água potável. Esgotamento sanitário. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.	Fornecer dados no (SNIS atual SINISA - Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), inclusive, controlar efetivamente a alimentação desses dados pelos prestadores de serviço em cada localidade. Estruturar e adequar agências reguladoras com vistas ao cumprimento das suas funções, de modo a assegurar o atingimento das metas de universalização de água e esgoto. Avaliar instituição/adequação de taxas ou tarifas para remuneração dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, atentando-se que a ausência de cobrança enseja renúncia de receita. Fortalecer a transparência e o controle social, podendo inclusive, desenvolver sistema de informações acessíveis pela população. Além de realizar audiências e consultas públicas periódicas acerca das políticas voltadas para o Novo Marco Legal do Saneamento Básico - NMLSB. Elaborar e aprovar Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSB, primando pela definição das metas e investimentos necessários para a universalização dos serviços.

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Tabela 4: Relação das ações com entrega de benefícios - continuação.

ÁREA	PROBLEMA	BENEFÍCIO
Administração	Os repasses mensais dos duodécimos destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, encontram-se dentro dos percentuais estabelecidos na LDO estadual.	Garantir a autonomia administrativa e financeira para os Poderes e Órgãos Autônomos. Aperfeiçoar a gestão de riscos e de controles internos. Aumentar a transparência da gestão.
	Verificar a regularidade das contratações públicas.	Otimizar e fortalecer os controles de procedimentos para aquisição de materiais. Melhorar e aperfeiçoar os procedimentos de gestão administrativa e operacional. Aprimorar e desenvolver o sistema de controles internos da organização. Adotar boas práticas na administração pública, induzindo-a à adoção de procedimentos em conformidade com os princípios economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.
	Necessidade de avaliar a aplicação de recursos em termos dos balanços gerais municipais, decorrentes do dever de prestar contas dos gestores municipais.	Proporcionar a accountability. Apresentar opinião técnica sobre as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Poder Legislativo. Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela administração.
	Necessidade de avaliar o grau de implementação do Plano Nacional de Educação - PNE, no sentido de subsidiar a avaliação da prestação de contas dos gestores municipais.	Proporcionar a accountability. Ampliar o cumprimento do Plano Nacional de Educação - PNE. Apresentar opinião técnica sobre as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Proporcionar instrumento técnico apto ao julgamento do Poder Legislativo. Aumentar o grau de confiança dos resultados apresentados pela administração.
	Eficácia do Sistema de Controle Interno dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS	Melhorar a transparência: a adoção de boas práticas de governança corporativa promove maior transparência na gestão dos recursos previdenciários, o que facilita o acesso às informações relevantes por parte dos segurados, gestores e órgãos de fiscalização. Isso contribui para aumentar a confiança de todas as partes interessadas, além de garantir uma gestão mais aberta e responsável. Fortalecer a responsabilidade: com a implementação de políticas de governança é possível aprimorar a prestação de contas - <i>accountability</i> e a responsabilidade dos gestores em relação à administração dos recursos do RPPS. Isso reduz a possibilidade de erros, fraudes e má gestão, ao mesmo tempo em que cria mecanismos mais eficientes de supervisão e controle. Aumentar a eficiência operacional: as ações de governança corporativa visam a otimização dos processos internos, resultando em uma administração mais eficaz e organizada. Ao definir claramente as funções, responsabilidades e fluxos de trabalho, o RPPS se torna mais ágil na tomada de decisões, melhorando sua capacidade de enfrentar desafios e riscos operacionais.

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Tabela 4: Relação das ações com entrega de benefícios - continuação.

ÁREA	PROBLEMA	BENEFÍCIO
Educação	Conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, assim como dos sistemas, dos programas, dos projetos e das atividades governamentais, no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais.	Efetivar a criação/formalização e funcionamento do Comitê Estadual de Primeira Infância e dos Comitês Municipais de Primeira Infância em todos os municípios. Elaborar e reformular os planos da Primeira Infância pelo estado e por todos os municípios de Rondônia.
	Deficiências na aquisição de bens. Falta de planejamento adequado. Deficiências no controle patrimonial. Inconsistências no registro e tombamento de bens. Necessidade de aprimoramento na gestão de estoque.	Identificar áreas onde os recursos estão sendo subutilizados ou mal alocados. Desenvolver a implementação de melhores práticas de governança e gestão de riscos, garantindo que os processos de aquisição sejam realizados de maneira eficiente. Identificar oportunidades de melhoria. A auditoria pode incentivar a Secretaria de Educação - SEDUC a buscar soluções inovadoras. Melhorar a qualidade dos serviços educacionais.
	Diagnóstico da infraestrutura escolar.	Identificar deficiências estruturais e de manutenção nas escolas, como a falta de espaço adequado, problemas elétricos, hidráulicos, dentre outros. Priorizar investimentos de forma eficiente, direcionando recursos para onde são mais necessários e onde terão maior impacto na qualidade do ensino. Melhorar o ambiente escolar, criando espaços seguros, confortáveis e propícios ao aprendizado dos alunos. Planejar estrategicamente a infraestrutura a longo prazo, considerando as necessidades específicas de cada escola e região.
	Qualidade da educação na rede escolar municipal.	Induzir a política pública voltada para a formação inicial e complementar dos professores da educação infantil, assim como os processos formativos especializados desses profissionais resultará em melhoria da qualidade da mão de obra e, por consequência da educação. Induzir ações de gestão para inserir as instituições de ensino superior como parceiras da gestão municipal resultará em capacitação adequada da mão de obra, melhoria dos processos de trabalho e melhores serviços prestados para a sociedade, com baixo custo para a municipalidade. Implementar ações que promovam o desenvolvimento de boas práticas na educação infantil, e sua disseminação entre os docentes e gestores escolares resultará em referências positivas de ações e práticas que deram certo e que podem ser adotadas pela rede educacional, proporcionando economia de recursos e eficiência na execução das atividades e prestação de serviços para o benefício da sociedade. Implementar um sistema educacional informatizado que está proporcionando maior controle das ações da secretaria, assim como gerando mais segurança às ações. Além de possibilitar a emissão de relatório gerenciais com vistas a subsidiar melhor as decisões da direção.
	Verificar o cumprimento de obrigações das instituições financeiras que abrigam as contas do Fundeb.	Garantir maior transparência nas informações, permitindo que a sociedade possa acompanhar a utilização dos recursos. Melhorar o controle e rastreabilidade do saldo da conta única e específica do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Tabela 4: Relação das ações com entrega de benefícios - continuação.

ÁREA	PROBLEMA	BENEFÍCIO
Segurança Pública	As principais deficiências identificadas incluem, em síntese, a ausência de integração e coordenação entre os órgãos do Sistema de Garantias de Direitos para Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência - SGDCA. A falta de estruturas e destinação de recursos adequados para a execução das políticas. A escassez de dados confiáveis para embasar a tomada de decisões e o déficit na capacitação de profissionais que atuam na rede de proteção.	Fornecer aos gestores uma ferramenta de autoavaliação. Fornecer informações para a atuação dos órgãos de controle externo, bem como ao exercício do controle social. Apresentar informações a fim de nortear a atuação dos atores estaduais e municipais do SGDCA, em especial para o fortalecimento das estratégias de governança, com a implementação de fluxos de atendimento bem definidos, aprimoramento da infraestrutura e garantia de recursos orçamentários específicos para essas ações, visando assegurar que as políticas públicas voltadas à infância e adolescência sejam implementadas de forma eficaz e coordenada.

ÁREA	PROBLEMA	BENEFÍCIO
Infraestrutura	Recapeamento e pavimentação em ruas e avenidas do Município de Porto Velho-RO.	Construir, ampliar, reformar, substituir, adequar, reparar, manter e limpar os equipamentos de microdrenagem das vias, evitando alagamentos e melhorando a segurança e qualidade das vias, especialmente das recentemente pavimentadas ou recapeadas. Adequar projetos e execução de obras de pavimentação e recapeamento conforme normas técnicas, garantindo maior durabilidade das vias e reduzindo custos de manutenção. Executar a sinalização de trânsito, passeios e locais de acessibilidade, especialmente em vias pavimentadas ou recapeadas recentemente, promovendo maior segurança para pedestres e motoristas e acessibilidade para todos. Melhorar o planejamento e cronograma das obras de pavimentação e recapeamento, realizando os serviços de forma coordenada e evitando transtornos para a população.

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

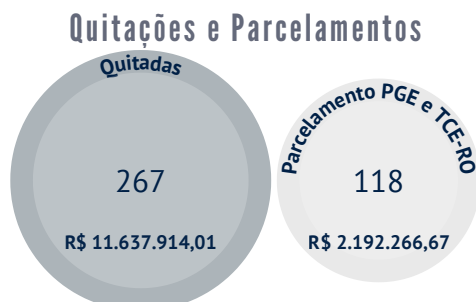
Multas e Responsabilizações

Realizadas as devidas fiscalizações e monitoramentos, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia responsabilizou os agentes/entidades envolvidos em irregularidades administrativas na gestão dos bens e recursos públicos, aplicando débitos e multas, conforme o caso.

Em 2024, por meio de 389* medidas de cobrança, foram quitados mais de R\$ 11 milhões de reais, além de aproximadamente R\$ 2 milhões de reais em parcelamento.

Cabe evidenciar que o débito imputado e a multa cominada deverão ser recolhidos em favor da pessoa jurídica de direito público contra a qual se praticou a irregularidade. Somente as multas cominadas por irregularidades praticadas contra a Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado serão recolhidas em favor do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado (FDI/TC).

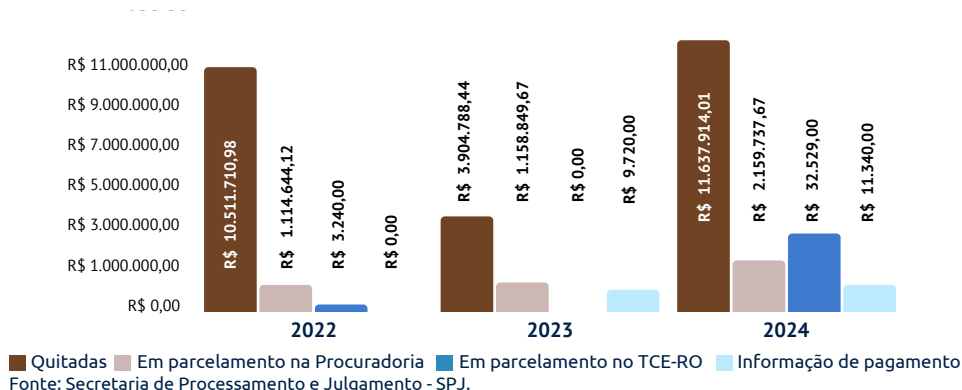
Gráfico 11 – Quantidade de medidas de cobranças com valores quitados e parcelados.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Nota (*): Nas medidas de cobranças, além das quitações (267) e parcelamentos (118), inclui-se também "Informação de pagamento" (4), R\$ 11.340,00.

Gráfico 12 – Comparativo 2022, 2023, 2024 dos valores de medidas de cobranças com valores quitados e parcelados.



Controle Externo Orientado por Dados

Processos Autuados e Julgados

Ao longo dos anos o TCE-RO busca eficiência e celeridade no julgamento de seus processos e redução dos estoques.

No ano de 2024 foram autuados 3.652 processos e julgados 4.782, conforme demonstra a figura a seguir.



3.652

PROCESSOS
AUTUADOS



4.782

PROCESSOS
JULGADOS



Controle Externo Orientado por Dados

Deliberações

As decisões são proferidas monocraticamente pelos Conselheiros ou de forma colegiada pelo Conselho Superior de Administração - CSA, Tribunal Pleno ou ainda pelas Câmaras.

Abaixo seguem os números das decisões colegiadas.

Ao todo foram 2.460 deliberações de maneira colegiada, a figura a seguir demonstra os números por tipo de deliberação.



2.373 Acórdãos



64 Pareceres Prévios



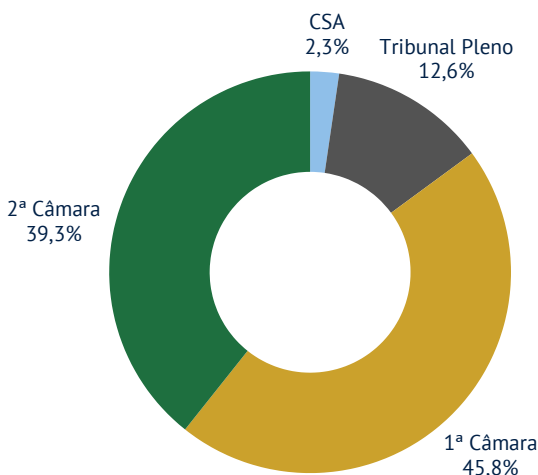
22 Resoluções



1 Instrução Normativa

Dessas deliberações colegiadas cerca de 45,8% foram proferidas pela 1ª Câmara, 39,3% pela 2ª Câmara, 12,6% pelo Tribunal Pleno e 2,3% pelo Conselho Superior de Administração. O gráfico seguinte demonstra essa distribuição.

Gráfico 13 – Percentuais de decisões no ano.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Controle Externo Orientado por Dados

Deliberações

Além das decisões colegiadas, já destacadas, também são proferidas decisões monocraticamente pelos Conselheiros.



41

Decisões Monocráticas que preveniram despesas potencialmente irregulares.

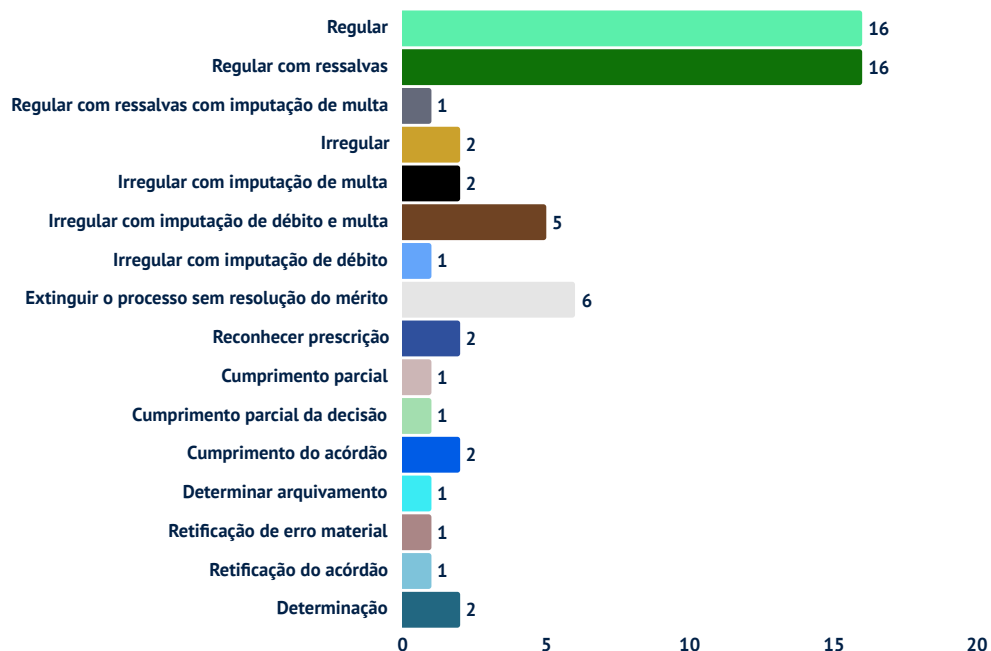


R\$ 1.132.372.713,30

Montante dos valores examinados por meio de Decisões Monocráticas.

O Tribunal de Contas, como atividade precípua, monitora, aprecia e julga as contas públicas, com vistas a avaliar se os recursos foram aplicados corretamente. No ano, o TCE-RO julgou 60 processos de prestação de contas de forma definitiva, conforme o apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 14 – Quantidade de prestação de contas e tomadas de contas julgadas em 2024.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Ainda no período, o TCE-RO apreciou 56 processos de prestação de contas e tomada de contas especial, tendo sido proferidos 50 pareceres prévios favoráveis e 6 pareceres prévios contrários.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

Esforços foram empreendidos para oferecer um suporte tecnológico confiável e moderno para todas as unidades, de acordo com as prioridades definidas pela Alta Administração, com o objetivo de garantir que as ferramentas requisitadas pelas diversas unidades do TCE-RO fossem disponibilizadas conforme os planejamentos e as prioridades delineadas no Plano de Gestão do Tribunal e no Plano de Área da Unidade.

Essas ações consolidam a importância de investir em tecnologia para promover um ambiente organizacional dinâmico e alinhado aos padrões modernos de governança pública e inovação tecnológica.

A seguir elencam-se os principais projetos de softwares e soluções desenvolvidas em 2024.



Ferramenta inovadora que utiliza a inteligência artificial para interpretar consultas em linguagem natural e gerar respostas automatizadas, com textos jurídicos claros e detalhados.

Com o ContAI, o TCE-RO facilita o entendimento das decisões e auxilia na elaboração de documentos ampliando a acessibilidade da jurisprudência para os usuários.



Sistema que visa garantir mais agilidade à tramitação processual no TCE-RO, atendendo dessa forma metas estratégicas referentes à redução no tempo de apreciação e julgamento de processos, bem como assegurando maior efetividade das decisões.

Sistema Integrado de Auditoria Pública, que permite a realização de fiscalização, controle e recebimento dos dados e informações relativos às operações administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e fiscais dos órgãos jurisdicionados ao TCE-RO.



Algumas das principais atividades desenvolvidas: a revisão do layout, visando implementar pacote de pontos de controle de dados referente ao exercício de 2024 e implementação da funcionalidade de geração do Balancete de Verificação - BV versão 2024 e dos pontos de controle; melhoria no processo de transmissão; implementação de demonstrativos contábeis.

Obteve os seguintes resultados, dentre outros: maior facilidade e agilidade nas tarefas de fiscalização; maior eficácia na identificação de irregularidades; automatização e padronização de procedimentos.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia



Plataforma criada para a consolidação de informações sobre as remessas enviadas pelos jurisdicionados com o benefício social da transparência e acessibilidade, que promove o controle social efetivo e maior participação cidadã na fiscalização da gestão pública.

Dentre diversos resultados, obteve a otimização de recursos; aumento da eficiência e produtividade; melhoria da eficiência e da eficácia na análise de remessas.



Sistema de gestão eletrônica de documentos e processos desenvolvido para otimizar o desempenho da administração pública, promovendo a digitalização e a automação de procedimentos.

Promoveu os seguintes resultados: aumento da eficiência e produtividade; facilitação do trabalho jurídico; transparência e acesso à informação.



A Agenda de Contas é um sistema que permite o gerenciamento e acompanhamento de processos, débitos, multas e comunicações processuais relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Investimentos em TI

Investir em TI é essencial para garantir que a organização mantenha sua modernização e rendimento operacional. A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação. Esse fato não só melhora a performance e a confiabilidade dos serviços prestados, reduzindo riscos de falhas e vulnerabilidades, mas também contribui para a continuidade dos negócios e para a realização do que se espera.

Além disso, são fundamentais para sustentar serviços críticos que dependem de tecnologia para operar de forma eficiente e impactam diretamente na capacidade da instituição de realizar suas funções com precisão e eficiência e auxilia no cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão 2024/2025 do TCE-RO, garantindo o alcance de objetivos insitucionais.

Os investimentos não são apenas para sustentar operações diárias, mas também para a preparação dos desafios futuros e adaptar-se às mudanças tecnológicas, assegurando a excelência na execução de suas atividades, tanto finalísticas quanto operacionais.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

A implementação de soluções tecnológicas robustas do Controle Externo Orientado por Dados - CEOD e o foco na automação de processos foram fatores determinantes para o cumprimento das metas institucionais, garantindo maior celeridade, segurança e transparência nas atividades do TCE-RO.

Além disso, as contratações realizadas não apenas ampliaram a capacidade tecnológica da instituição, mas também reforçaram o **compromisso com a entrega de valor à sociedade e às unidades internas do Tribunal de Contas**.

Essas aquisições, alinhadas ao planejamento estratégico da organização, viabilizaram avanços significativos em áreas críticas, como segurança da informação, gestão de dados e modernização da infraestrutura tecnológica, impactando diretamente na eficiência dos serviços prestados.

Os avanços obtidos são resultados de um planejamento estratégico bem estruturado e de servidores comprometidos em superar desafios e atender às demandas de forma ágil e eficaz.

Com base sólida e uma visão clara de futuro a instituição está preparada para continuar promovendo transformações positivas, como um pilar tecnológico essencial para a excelência na gestão pública.

Para esse propósito, o Tribunal direciona-se para a continuidade no **aprimoramento de seus processos e na capacitação de sua equipe**, assegurando que a instituição se mantenha à frente das tendências tecnológicas e preparada para enfrentar novos desafios.

O fechamento de mais um exercício foi marcado por superações, apontando para iniciar o ano de 2025 com permanentes melhorias operacionais e gerenciais.

O objetivo é dar continuidade aos projetos em andamento, ampliar os serviços oferecidos às unidades do TCE-RO e fortalecer o papel estratégico da tecnologia na modernização da gestão pública.

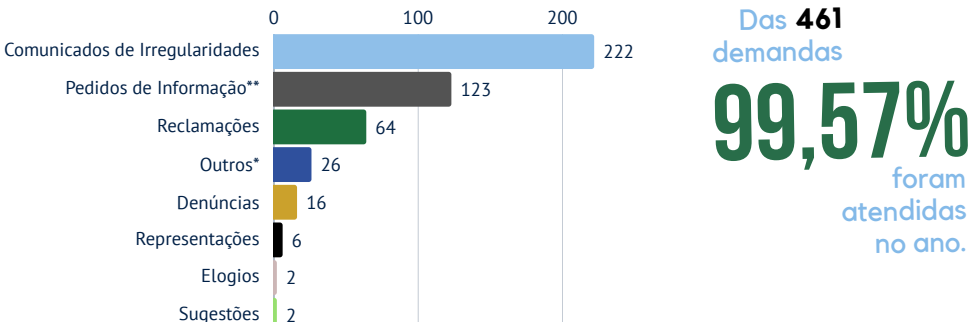
Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

Ouvidoria

O papel da Ouvidoria é fomentar o controle social e nesse sentido, a Ouvidoria do TCE-RO, com base na Lei n. 12.527, de 2011, integra o cidadão à Administração Pública, recebendo pedidos de informação ou comunicados de irregularidades referentes à gestão de recursos públicos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria (SICOUV).

Gráfico 15 – Quantidade de manifestações recebidas.



Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Notas (*): Manifestações sobre matérias que não são da competência do TCE-RO ou assuntos que ensejam mero procedimento.

(**): Manifestações não fundamentadas na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Tabela 5: Quantidade de manifestações recebidas no período de 2022 a 2024.

MODALIDADE	2022	2023	2024	TOTAL
Comunicados de Irregularidades	244	287	222	753
Denúncias	14	8	16	38
Elogios	1	8	2	11
Pedidos de Informação**	120	123	123	366
Reclamações	79	61	64	204
Sugestões	3	3	2	8
Representações	9	3	6	18
Outros*	19	93	26	138
TOTAL GERAL	489	586	461	1.536

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Notas (*): Manifestações sobre matérias que não são da competência do TCE-RO ou assuntos que ensejam mero procedimento.

(**): Manifestações não fundamentadas na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

Cumpra esclarecer que, **no âmbito da Ouvidoria, há dois tipos de Pedidos de Informações:**

O primeiro se refere aos **pedidos de informações que compreendem as demandas**, sem limitação de temática, que não têm a necessidade de fundamentação legal específica para seu requerimento, com o prazo para a finalização de atendimento em até 30 dias.

O segundo são os **pedidos de informações que compreendem as Solicitações de Acesso de Informações fundamentadas na Lei n. 12.527, de 2011**, produzidas ou custodiadas pelo órgão, relacionadas com o seu funcionamento.

Para a consecução de seu propósito, a Ouvidoria disponibiliza à sociedade os seguintes canais de acesso:

Site tcero.tc.br;

Portal da Ouvidoria;

<http://ouvidoria.tce.ro.gov.br> (SICOUV - Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria);

E-mail (ouvidoria@tce.ro.gov.br);

Aplicativo "Opine aí";

Telefones - (69) 3609-6260/0800 645 8750 (*WhatsApp*) e 3609-6261/6262/6263;

Carta (via correios) e Atendimento presencial.



Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

Na tabela a seguir, estão detalhados os pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 2011) recebidos no período, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, via Sistema de Acesso à Informação (*site* TCE-RO) e por *e-mail* (*i.sic@tce.ro.gov.br*):

Tabela 6: Quantidade de solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em atendimento em 2024.

Unidade responsável pela resposta		Recebidas	Atendidas	Indeferidas	Em atendimento
GOUV*	41,18% (7)	17	17	0	0
OUTROS SETORES	58,82% (10)				

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.
Nota: GOUV* - Gabinete da Ouvidoria.

Gráfico 16 – Quantidade de solicitações recebidas no período de 2022 a 2024.



Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.



INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

Resultados Qualitativos

A atuação do TCE-RO, muito além de gerar benefícios financeiros à Sociedade - prevenindo o uso indevido dos recursos, ou mesmo, garantindo a reparação dos cofres públicos -, também gera resultados qualitativos importantes na gestão e na governança pública para solucionar problemas públicos relevantes.

A indução para a efetividade das Políticas Públicas se traduz na expressão do compromisso institucional em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana, desenvolvida e sustentável. Nesse sentido, no ano em análise destacam-se os aspectos na sequência elencados.

EIXO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ano de 2024 foi marcado com avanços significativos, reafirmando o papel do TCE-RO como o guardião do interesse público e promotor do desenvolvimento sustentável em Rondônia. Com parcerias estratégicas, inovações tecnológicas e ações concretas, a instituição fortaleceu seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável em Rondônia, estabelecendo uma base sólida para enfrentar desafios futuros, relacionados a redução do desmatamento, combate a queimadas e alternativas de produção sustentáveis, adequados à região.

• AÇÕES

Estabelecimento de Parcerias e Planejamento Inicial

1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Reuniões com INCRA/RO, SEPAT/RO e Corregedoria do Tribunal de Justiça para tratar da regularização fundiária urbana e rural. Elaboração de minutos de acordos de cooperação e planos de trabalho.

2 ÁREA AMBIENTAL

Ajuste das estratégias de atuação do TCERO, encaminhamentos para assinatura de Termo de Ajustamento de Gestão com SEDAM e SEPAT, e formalização de acordo de cooperação técnica com a UNIR.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Foco na indução de políticas para melhoria das condições de vida da agricultura familiar. Início de tratativas para acordos com EMATER e EMBRAPA, e realização de Painel de Referência com especialistas.

Consolidação de Parcerias e Análise de Dados

1 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Celebração de TAGs com SEDAM e SEPAT, assinatura de ACT com INCRA/RO, e aprovação de proposta de parceria com COIREF/RO. Avanços nas tratativas com EMBRAPA, EMATER e IFRO/RO.

2 ANÁLISE DE DADOS

Coleta e tratamento de dados do IBGE, CadÚnico, SIGEF, SISCAR e SEDAM para mapeamento da produção agrícola, perfil socioeconômico da agricultura familiar e situação ambiental e fundiária.

3 PAINÉIS GERENCIAIS

Desenvolvimento de painel de políticas integradas focado em bacias hidrográficas em situação de insegurança hídrica e criação do mosaico fundiário do estado.

INCRA/RO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; **SEPAT/RO** - Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária; **SEDAM** - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental; **UNIR** - Universidade Federal de Rondônia; **EMATER** - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia; **EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; **TAGs** - Termos de Ajustamento de Gestão; **ACT** - Acordo de cooperação técnica; **COIREF/RO** - Comitê Interinstitucional de Regularização Fundiária; **IFRO/RO** - Instituto Federal de Rondônia; **IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; **CadÚnico** - Cadastro Único; **SIGEF** - Sistema de Gestão Fundiária; **SICAR** - Sistema de Cadastro Ambiental Rural.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

• AÇÕES

Implementação de Projetos e Combate às Queimadas

1 PAINEL DE MONITORAMENTO AMBIENTAL

Início do projeto de criação de indicadores ambientais para avaliação da qualidade das políticas ambientais nas contas de governo municipais e estadual.

2 COMBATE ÀS QUEIMADAS

Mobilizações e articulações com atores governamentais para prevenção e combate às queimadas. Representação julgada em sede de cautelar para adoção de medidas emergenciais pelo Estado.

3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Avanços na parceria com a Corregedoria do TJ/RO, participação ativa no COIREF/RO, e fortalecimento da cooperação com o INCRA/RO para compreensão da situação fundiária do estado.

TJ/RO - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Avanços Tecnológicos e Capacitação

1 DESENVOLVIMENTO DO GEOPORTAL

Seleção de plataforma, desenvolvimento da interface web, integração com banco de dados e implementação de funcionalidades para visualização de mapas e geração de relatórios.

2 CAPACITAÇÃO EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Realização de capacitação na Escola de Contas (ESCON) com foco na elaboração de TAGs e planos de ação para fortalecer a gestão fundiária.

3 AVALIAÇÃO DO PDES

Elaboração de relatório analítico sobre o Plano de Desenvolvimento Estratégico Sustentável (PDES), identificando avanços e entraves na implementação.

Resultados Alcançados

1

FORTELECIMENTO DE PARCERIAS

Estabelecimento e consolidação de parcerias estratégicas com órgãos governamentais e instituições de pesquisa, criando uma rede robusta para implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

2

AVANÇOS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Progresso significativo na compreensão e ação sobre a situação fundiária do estado, com a elaboração de acordos, capacitações e desenvolvimento de ferramentas de gestão.

3

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Criação do Geoportal e de painéis de monitoramento ambiental, fornecendo instrumentos avançados para tomada de decisão e gestão territorial.

4

AÇÕES DE COMBATE ÀS QUEIMADAS

Resposta rápida e eficaz à crise das queimadas, com articulação interinstitucional e medidas emergenciais implementadas.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

EIXO SAÚDE

Em 2024 parcerias técnicas importantes foram fortalecidas, houve robustez na análise dos dados e a produção de informações-chave. Ocorreu o desenho de estratégia para o aprimoramento da Atenção Primária da Saúde com foco na política pré-natal em Rondônia para a redução da mortalidade infantil. Além disso, de forma inovadora, teve início o projeto Materno-Infantil, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz para identificar gargalos e endereçar soluções técnicas viáveis para a prevenção e tratamento da infecção urinária, causa relevante de mortalidade. O foco em análise de dados e estratégias baseadas em evidências sugere um caminho promissor para o aprimoramento da saúde pública no estado.

• AÇÕES

Portal de Dados da Primeira Infância

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE NASCIDOS VIVOS - **SINASC**

SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE - **SIM**

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO - **SINAN**

O TCE-RO desenvolveu um portal de visualização de dados para facilitar o acesso público às estatísticas de pré-natal, parto, nascimento e mortalidade de crianças de 0 a 6 anos em Rondônia. O portal utiliza bases estatísticas do *OpenDataSUS*, incluindo o SINASC, SIM e SINAN.

Os indicadores processados incluem dados de nascimento por sexo, local de nascimento, idade e escolaridade da mãe, duração da gestação, consultas pré-natal, tipo de parto, peso ao nascer e dados relativos aos óbitos fetais, neonatais e infantis. O próximo passo será a visualização interativa desses indicadores em gráficos e mapas.

Avaliação nas Unidades de Saúde Urbanas

GESTÃO INEXPERIENTE - Gestores de Unidades de Saúde sem formação adequada ou experiência em gestão de saúde.

EQUIPES INSUFICIENTES - Número de equipes de saúde da família inadequado para atender a demanda populacional.

EXAMES NÃO PRIORIZADOS - Falta de priorização de exames laboratoriais e de imagem para gestantes.

INFRAESTRUTURA INADEQUADA - Unidades com problemas estruturais, tornando o ambiente insalubre para o trabalho e o atendimento.

A fase II do projeto de Avaliação da Qualidade da Atenção Pré-Natal foi realizada nas Unidades Básicas de Saúde da zona urbana de Porto Velho. O trabalho de campo ocorreu em 17 Unidades de Saúde da Família e em 2 Unidades Básicas de Saúde com demanda espontânea.

A metodologia incluiu: aplicação de questionários via *KoboToolbox*; avaliação qualitativa com gestores e equipes de trabalho; análise da infraestrutura para atendimento.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

EIXO SAÚDE

Análise das Causas de Mortalidade Infantil

CAUSAS RELACIONADAS AO CUIDADO PRÉ-NATAL E PARTO

- Falta de monitoramento e exame de imagem.
Ausência de exames de rotina e diagnóstico de complicações maternas.
Falta de plano de parto e infraestrutura para emergências.

FATORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

- Baixo nível socioeconômico levando à desnutrição e a falta de acesso a serviços básicos. Uso de drogas e álcool durante a gestação.
Vulnerabilidade socioeconômica como causa-raiz comum.

Realização de mapeamento e pesquisa das causas e causas-raiz da mortalidade infantil, relacionadas ao pré-natal, parto e fatores socioeconômicos e ambientais.

A análise destacou a interconexão entre esses fatores e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para o atendimento de gestantes de alto risco.

Planificação da Atenção Primária

IMPLANTAÇÃO POR REGIÃO - A planificação foi implementada em diferentes anos nas regiões de saúde de Rondônia. Na região do Café teve início em 2017 e nas regiões do Vale do Jamari e na Zona da Mata em 2022.

PRINCIPAIS ATIVIDADES - Melhorar os processos de trabalho, aprimorar mecanismos de classificação de riscos e estabelecer respostas padronizadas para diferentes tipos de casos.

BENEFÍCIOS ESPERADOS - Redes de atenção à saúde mais eficientes, estímulo à medicina preventiva, redução de internações evitáveis e melhoria da qualidade de vida de pacientes crônicos.

A planificação da atenção à saúde é um instrumento de gestão e organização da atenção primária à saúde, ambulatorial especializada e hospitalar nas redes de atenção à saúde. Em Rondônia, a implantação da planificação começou com a linha de cuidado materno infantil.

Porto Velho é o único município que ainda não aderiu à planificação, mas profissionais de saúde consideram o instrumento essencial para melhorar a organização e atualização dos serviços.

PROJETOS IMPORTANTES (EM ANDAMENTO E FUTURO) PARA A MELHORIA NA SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM RONDÔNIA REPRESENTAM AVANÇOS SIGNIFICATIVOS NA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.

- PROJETO MATERNO-INFANTIL COM A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
- PROGRAMA GESTÃO PRÓ-SAÚDE DE RONDÔNIA - previsão de início para 2025
- ANÁLISE ESPACIAL DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

EIXO Educação

Como resultados do programa de alfabetização, o TCE-RO tem induzido melhorias nos seguintes aspectos:



Organização e análise de dados;



Criação de Painéis Gerenciais;



Avaliação Diagnóstica;



Definição de Currículo e de concepção de alfabetização;



Definição das Diretrizes Estratégicas;



Formação Continuada;



Monitoramento e Avaliação de Resultados.



Indução para a efetividade de Políticas Públicas

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PAIC

O TCE-RO e parceiros estabeleceram diretrizes estratégicas para o futuro, visando a evolução contínua das políticas educacionais em Rondônia. As principais perspectivas incluem o aumento do desempenho na alfabetização, alavancar os resultados em matemática para o 5º ano do ensino fundamental, expansão da oferta de vagas de creche e pré-escola e melhorar a qualidade pedagógica da educação infantil.

Uma das principais iniciativas do TCE-RO em 2024, o PAIC visa implementar práticas, formações, ferramentas e métodos de gestão recomendados pela literatura acadêmica e especialistas, com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Infantil e do processo de alfabetização.

Com diversas ações de capacitação destinadas a professores, diretores, supervisores e técnicos das equipes centrais das secretarias dos municípios parceiros estas formações abordaram temas como o desenvolvimento da consciência fonêmica, o princípio alfabético, a aprendizagem da leitura de palavras, a utilização de vídeo como ferramenta pedagógica e a educação antirracista.

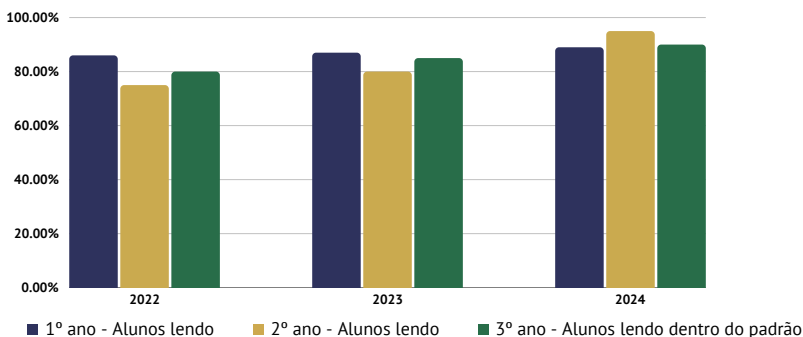
O programa alcançou uma cobertura significativa **capacitando cerca de 3.000 (três mil) profissionais dos 52 municípios do estado**, abrangendo as redes municipais e estadual de educação pública. As formações foram organizadas em blocos regionais, garantindo uma ampla participação e adaptação às necessidades locais.

FORMAÇÕES
REALIZADAS EM DIVERSOS POLOS,
BENEFICIANDO MAIS DE 3.000
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.
PRESENCIAIS

ABRANGÊNCIA
COBERTURA DOS 52 MUNICÍPIOS DO
ESTADO, INCLUINDO REDES MUNICIPAIS E
ESTADUAL.

TEMAS
CONSCIÊNCIA FONÊMICA, PRINCÍPIO
ALFABÉTICO, LEITURA DE PALAVRAS, USO
DE VÍDEO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.
ABORDADOS

Gráfico 17 – Comparativo 2022/2023/2024 da evolução percentual de alunos na leitura.



Fonte: Secretaria Especial de Projetos Especiais em Políticas Públicas - SEPEPP.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

CENTRAL DE VAGAS PARA CRECHES

A implementação da Central Única de Vagas para Creche foi uma iniciativa inovadora do TCE-RO, em parceria com a Defensoria Pública Estadual - DPE-RO e o Instituto Federal de Rondônia - IFRO. O objetivo principal é otimizar a gestão das vagas escolares no estado garantindo acesso mais eficiente, transparente e equitativo à educação infantil.

O projeto teve início com a fase piloto no município de Ouro Preto do Oeste, expandindo-se para mais 12 municípios: Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cujubim, Espigão D'Oeste, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Pimenteiras do Oeste, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Vilhena.

Com esta expansão, o sistema passou a gerenciar as vagas de mais de 88 creches municipais, o que equivale a quase **60% dos estabelecimentos públicos em funcionamento em Rondônia.**

SISTEMA CENTRALIZADO



GESTÃO EFICIENTE DE VAGAS
EM CRECHES MUNICIPAIS.

EXPANSÃO



DE 1 PARA 13 MUNICÍPIOS
DURANTE O DO ANO.

COBERTURA



60% DOS ESTABELECIMENTOS
PÚBLICOS DE RONDÔNIA.

A implementação inclui um sistema informatizado que permite monitorar a demanda por creches em tempo real, agilizando o atendimento às famílias e contribuindo para uma gestão pública mais organizada e eficiente.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

FORMAÇÃO DE FORMADORES EM ALFABETIZAÇÃO

O Curso de Formadores em Alfabetização foi realizado no período de 27 de abril a 20 de dezembro de 2024, com o apoio da Escola Superior de Contas - ESCON em colaboração com o TCE-RO e as redes municipais de educação. O principal objetivo foi alinhar as práticas educacionais à Base Nacional Comum Curricular e ao Referencial Curricular do Estado de Rondônia.

Os participantes desenvolveram **projetos de formação destinados aos professores e supervisores**, visando enriquecer os conteúdos pedagógicos e fortalecer as práticas educacionais nas escolas. Estes projetos **serviram como base para consolidar ainda mais o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC em Rondônia**.

A conclusão do curso reafirmou o compromisso da ESCON e de seus parceiros com a transformação educacional em Rondônia.

INÍCIO DO CURSO



27 DE ABRIL DE 2024.

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS



OS PARTICIPANTES CRIARAM
PROJETOS DE FORMAÇÃO PARA
PROFESSORES E SUPERVISORES.

CONCLUSÃO DO CURSO



Em 20 DE DEZEMBRO DE 2024,
COM A APRESENTAÇÃO DOS
PROJETOS FINAIS.

Por meio da capacitação e do fortalecimento das competências dos formadores, os projetos desenvolvidos serviram como alicerce para uma alfabetização mais eficaz e abrangente, impactando diretamente a qualidade do ensino nas redes municipais.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O TCE-RO realizou diversas ações de monitoramento e avaliação no decorrer do ano para garantir a efetividade das políticas educacionais implementadas.

Essas **ações de monitoramento foram fundamentais** para identificar desafios, compartilhar boas práticas e ajustar as estratégias educacionais **contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da educação no estado**. Dentre essas ações, destacam-se:

VISITAS TÉCNICAS



REALIZADAS EM TODOS OS 52 MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA, COM FOCO NA AVALIAÇÃO DAS DINÂMICAS COTIDIANAS DAS ESCOLAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA A ALFABETIZAÇÃO.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA SAERO



APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL À APLICAÇÃO DAS PROVAS, ENVOLVENDO MAIS DE 100 MIL ESTUDANTES DO 2º, 3º, 5º E 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO.

REUNIÕES DO COMITÉ GESTOR



ENCONTROS ESTRATÉGICOS COM SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E EQUIPES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PAIC PARA ANÁLISE DE RESULTADOS E PLANEJAMENTO.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

GESTÃO ORIENTADA A RESULTADOS

O projeto Gestão Orientada a Resultados foi iniciado no município de Jaru, com o objetivo de fortalecer os processos de melhoria da aprendizagem nas redes municipais. Esta iniciativa visa apoiar gestores educacionais no desenvolvimento e implementação de processos estratégicos, como definição de metas de aprendizagem, avaliação e acompanhamento de resultados, políticas de incentivos e critérios para a seleção de diretores.

Entre os dias 21 e 31 de outubro foi realizada uma visita técnica às escolas do município. Durante essa ação, gestores, professores e supervisores receberam suporte direcionado à alfabetização, com foco no fortalecimento da coordenação pedagógica e supervisão das práticas educacionais.

Foram oferecidas orientações específicas para garantir a adoção de métodos eficazes e atualizados no ensino da leitura e da escrita. **A meta do projeto é alcançar todas as redes de ensino no território de Rondônia até o final de 2025, representando um esforço significativo para melhorar a qualidade da educação em todo o estado.**

DEFINIÇÃO DE METAS



ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS CLAROS DE APRENDIZAGEM.

AValiação CONTÍNUA



MONITORAMENTO CONSTANTE DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS.

POLÍTICAS DE INCENTIVO



IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA MOTIVAR EDUCADORES E ALUNOS.

SELEÇÃO DE DIRETORES



CRITÉRIOS APRIMORADOS PARA ESCOLHA DE LIDERANÇAS ESCOLARES.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

RECONHECIMENTO, RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Os esforços empreendidos pelo TCE-RO e seus parceiros na área da educação resultaram em reconhecimentos significativos e impactos positivos mensuráveis, destacando-se a conquista do **Selo Ouro de Alfabetização**, anunciado pelo Ministério da Educação por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Essa premiação reconhece o impacto positivo das ações do PAIC, que contribuíram para que 30 redes municipais e a rede estadual de Rondônia alcançassem esse título de excelência. Este reconhecimento reforça o papel da parceria e da colaboração entre o TCE-RO e as Secretarias de Educação estaduais e municipais na promoção de uma educação de qualidade.

Além disso, os resultados das avaliações do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia - SAERO e o feedback das visitas técnicas indicaram melhorias significativas nas práticas pedagógicas e na gestão educacional em diversos municípios. Esses avanços refletem o compromisso coletivo em promover a melhoria constante da qualidade da educação, fortalecendo ações que garantam avanços expressivos para os estudantes rondonienses.



Nota: *100k+ = acima de cem mil.



As perspectivas reafirmam o compromisso do TCE-RO e de seus parceiros com a melhoria contínua da qualidade da educação em Rondônia. O foco permanece em garantir que todas as crianças rondonienses sejam alfabetizadas na idade certa, reduzindo desigualdades educacionais e construindo bases sólidas para um futuro mais justo e promissor.



GESTÃO DE PESSOAS

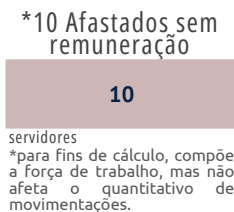
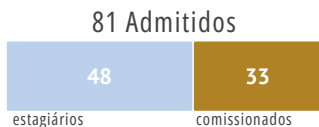
Gestão de Pessoas

Força de Trabalho

O TCE-RO possui 624 colaboradores ativos - entre efetivos, comissionados, bolsistas e estagiários de nível superior e de pós-graduação.



NO ANO HOUVE 81 ADMISSÕES, 20 EXONERAÇÕES E 27 DESLIGAMENTOS



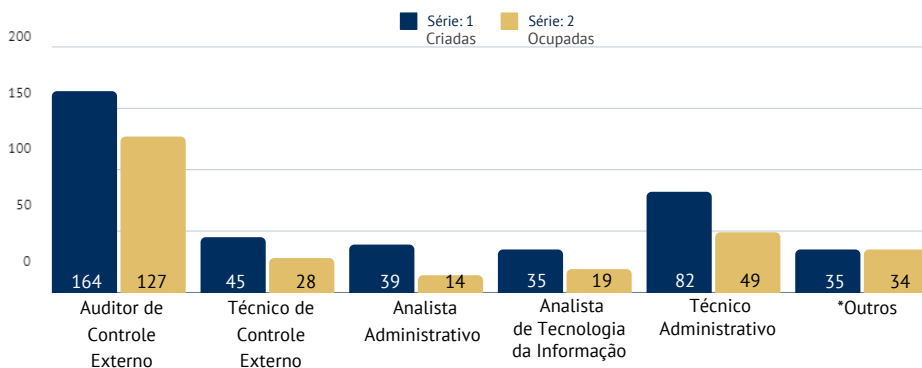
Fonte: Divisão de Folha de Pagamento - DIFOP e Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas - SEGESP.

Gestão de Pessoas

Cargos Efetivos Ocupados

A relação quantidade de vagas previstas em lei e ocupadas está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 18 – Vagas criadas x ocupadas referente ao quadro de servidores efetivos.

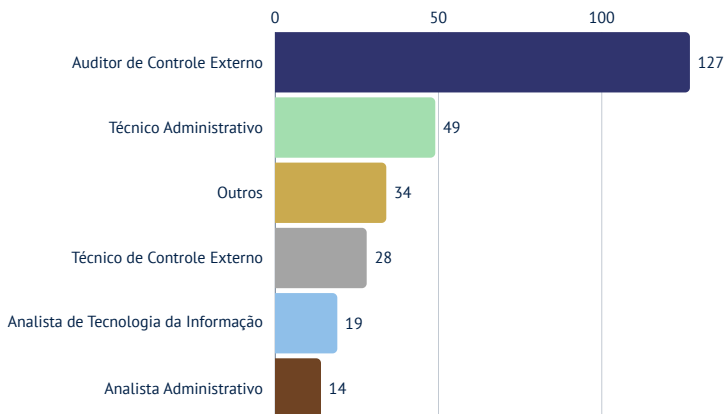


Em extinção: (*).

Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DASP e Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas - SEGESP.

Abaixo, o gráfico mostra a proporção de cargos efetivos ocupados, considerando todas as carreiras.

Gráfico 19 - Proporção de cargos efetivos ocupados x carreira.



Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoas - DASP e Secretaria Executiva de Gestão de Pessoas - SEGESP.

Gestão de Pessoas

Ações Educacionais

No ano, a Escola Superior de Contas - ESCON disponibilizou **659 ações educacionais** aos servidores do TCE-RO e jurisdicionados, com o equivalente a **7.425 h/a horas-aula** de estudo, permitindo a efetiva certificação de **9.394 representantes dos jurisdicionados e servidores**.

Servidores do TCE-RO



605 eventos.



91,81% de participação.

Das 160 competências (técnica, comportamental e gerencial) - matriz de competência do TCE-RO, em 2024 (67,83% - 447) eventos atenderam as competências técnicas.



Tipos de ações educacionais



38 congressos - 528 cursos
44 encontros técnicos
5 fóruns - 15 oficinas
6 palestras - 13 seminários
2 conferências - 1 webnário
4 mentorias - 3 simpósios.

Jurisdicionados



50 eventos.

Sociedade



4 eventos.

Gestão de Pessoas

Ações Educacionais



659 eventos
16 temas

PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS E QUANTIDADES DE EVENTOS

Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - 156
Análise de Dados e Inteligência Artificial - 128
Gestão e Desenvolvimento Operacional - 140
Indução de Políticas Públicas - 59 Auditoria e Fiscalização - 55
Habilidades Comportamentais - 28 Procuradorias Públicas - 1
Aprimoramento da Gestão Pública - 12
Fortalecimento das Relações com o Sistema Tribunais de Contas - 24
Gestão da Informação e do Conhecimento - 21
Desenvolvimento Contínuo - 8 Integridade e Ética - 16
Estímulo ao Controle Social - 6 Segurança e Proteção de Dados - 2
Fortalecimento do Controle Interno - 2 Integridade em Aquisições Públicas - 1

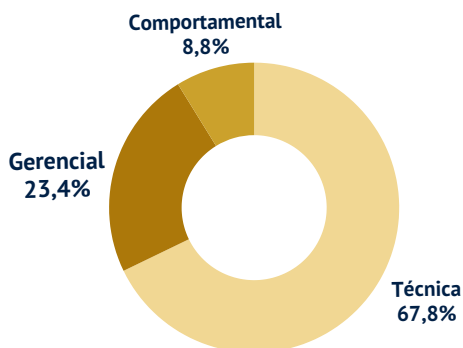


EVENTOS EDUCACIONAIS POR TIPO DE COMPETÊNCIA DESENVOLVIDA

Competências/Eventos

- técnica - 447 eventos
- gerencial - 154 eventos
- comportamental - 58 eventos

Gráfico 20 - Percentuais de eventos x competências.



MODALIDADE

417 242

EAD PRESENCIAIS

Fonte: Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa - ESCON.

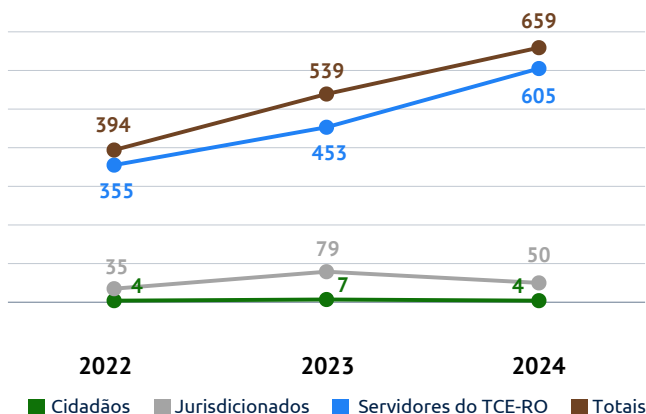
Gestão de Pessoas

Ações Educacionais

RESULTADOS

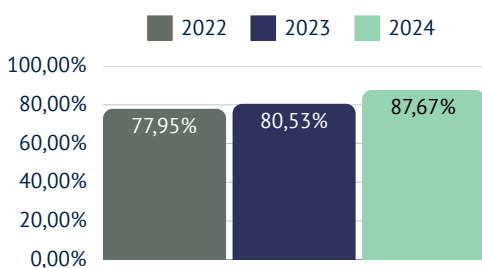
A quantidade de eventos apresentou um crescimento constante, comparando-se com anos anteriores: 394 em 2022, 539 em 2023 e 659 em 2024. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela expansão das ações voltadas aos servidores do TCE-RO, que passou de 355 em 2022 para 605 em 2024.

Gráfico 21 – Comparativo 2022/2023/2024 do número de eventos x público-alvo.



Fonte: Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa - ESCON.

Gráfico 22 – Percentuais da evolução anual (2022/2023/2024) dos eventos pedagógicos para servidores.



Fonte: Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa - ESCON.

O engajamento crescente da força de trabalho

promove a qualificação contínua e assegura uma uniformidade no desenvolvimento de competências essenciais.

Essa evolução reafirma a relevância estratégica da capacitação como pilar do desempenho institucional.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão de Orçamentária

Receita Orçamentária

A Lei nº 5.733, de 9 de janeiro de 2024 (LOA/2024) consignou originalmente ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) o montante de R\$ 301.014.505,00 (trezentos e um milhões, quatorze mil e quinhentos e cinco reais) distribuído nas duas unidades gestoras, conforme demonstrado na tabela na sequência:

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
020001 - Tribunal de Contas	1500	264.441.829,00
	1800	31.783.676,00
02011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	1759	4.789.00,00
TOTAL		301.014.505,00

Durante a execução orçamentária de 2024 realizou-se a abertura de créditos adicionais totalizando o montante de R\$ 14.546.738,17 (quatorze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e oito mil e dezessete centavos), conforme demonstrado na sequência:

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
020001 - Tribunal de Contas	1899	618.391,63
02011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	2759	13.928.346,54
TOTAL		14.546.738,17

Considerando os valores dos créditos adicionais o orçamento do Tribunal de Contas total, no final do exercício de 2024, perfaz o montante de R\$ 315.561.243,17 (trezentos e quinze milhões, quinhentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e três reais e dezessete centavos).

Gestão de Orçamentária

Execução LOA - 2024 (UG. Tribunal de Contas)

O total de créditos consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 para a Unidade Gestora 02.001 - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) totalizou R\$ 296.843.896,63 (duzentos e noventa e seis milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos), incluindo o orçamento fiscal, da seguridade social e créditos adicionais.

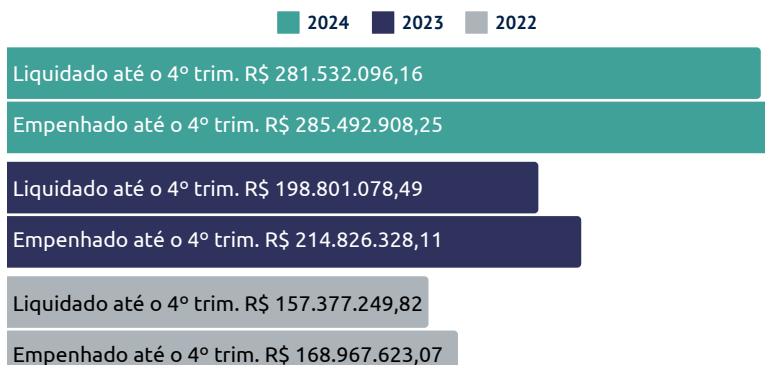
Em comparação com o exercício anterior (2023) houve um aumento de R\$ 51.278.309,63 (cinquenta e um milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e nove reais e sessenta e três centavos) na dotação orçamentária da unidade gestora, representando um percentual de aproximadamente 20,88%.

O valor total empenhado acumulado é de R\$ 285.492.908,25 (duzentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e oito reais e vinte e cinco centavos) e o valor liquidado total acumulado é de R\$ 281.532.096,16 (duzentos e oitenta e um milhões, quinhentos e trinta e dois mil, noventa e seis reais e dezesseis centavos), representando respectivamente 96,18% e 94,84% do total da dotação orçamentária na LOA.

Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram 32,89% e as liquidadas aumentaram 41,61%, conforme o gráfico comparativo abaixo.

Na sequência, apresenta-se um comparativo entre as despesas empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2022, 2023 e 2024:

Gráfico 23 - Execução LOA 2022 x 2023 x 2024.



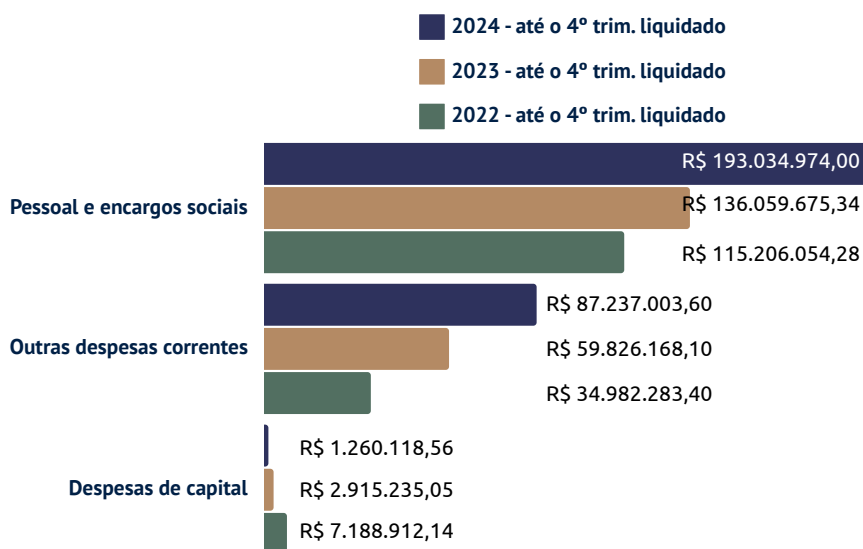
Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

Gestão de Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

O maior dispêndio do TCE-RO é com a despesa de pessoal e encargos sociais. O valor empenhado acumulado para estas despesas soma R\$ 193.034.974,00 (cento e noventa e três milhões, trinta e quatro mil e novecentos e setenta e quatro reais), sendo liquidado 100% do total empenhado. Na sequência, apresenta-se um comparativo entre as despesas liquidadas por categoria econômica referente aos exercícios de 2022, 2023 e 2024:

Gráfico 24 - Execução por categoria econômica.



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.



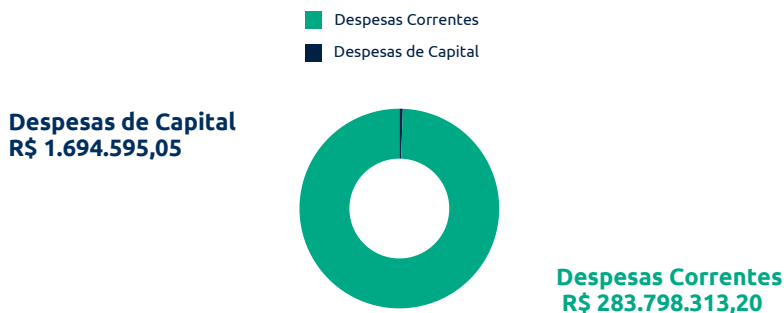
Gestão Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o TCE-RO empenhou R\$ 283.798.313,20 (duzentos e oitenta e três milhões, setecentos e noventa e oito mil, trezentos e treze reais e vinte centavos) referente à despesa corrente.

Desse montante, R\$ 193.034.974,00 (cento e noventa e três milhões, trinta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais) foram destinados ao custeio de pessoal e encargos sociais, e R\$ 90.763.339,20 (noventa milhões, setecentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte centavos) para outras despesas correntes.

Já para a categoria econômica despesas de capital foi empenhado o montante de R\$ 1.694.595,05 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinco centavos).



Execução por Restos a Pagar

O saldo total dos Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos para o exercício de 2024 foi de R\$ 17.123.020,22 (dezessete milhões, cento e vinte e três mil, vinte reais e vinte e dois centavos).

Desse total, foram pagos R\$ 13.335.689,32 (treze milhões, trezentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos) e cancelados R\$ 3.787.330,90 (três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta reais e noventa centavos).

Gestão Orçamentária

Limite de Gastos com Pessoal

Em relação aos gastos com pessoal referente aos três quadrimestres (de janeiro a dezembro do exercício de 2024), é possível verificar que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia preservou os limites estabelecidos pela Lei Complementar n. 101, 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Sendo que os valores gastos com pessoal se situaram em R\$ 114.739.615,45 (cento e quatorze milhões, setecentos e trinta e nove mil, seiscentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos) e a Receita Corrente Líquida - RCL ajustada do Estado de Rondônia no valor de R\$ 14.190.334.424,14 (quatorze bilhões, cento e noventa milhões, trezentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), ou seja, significando 0,81% nessa relação.

Esse comportamento das despesas com pessoal com relação à RCL vem sendo observado ao longo dos 3 últimos quadrimestres, o que indica que o TCE-RO está, rigorosamente, obedecendo aos ditames da LRF em seu Art. 20 e incisos, conforme se observa a seguir:

Gastos com Pessoal nos últimos 3 quadrimestre

3º Quad./2024	03	0,81	R\$ 114.739.615,45 - Gasto com Pessoal R\$ 14.190.334.424,14 - RCL
2º Quad./2024	02	0,80	R\$ 110.177.207,68 - Gasto com Pessoal R\$ 13.715.017.261,99 - RCL
1º Quad./2024	01	0,81	R\$ 105.936.900,80 - Gasto com Pessoal R\$ 13.124.505.108,33 - RCL
Limite Máximo		1,04	
Limite Prudencial		0,99	
Limite Alerta		0,94	

Gestão Orçamentária

Execução LOA - 2024 (UG. Fundo de Desenvolvimento Institucional)

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 consignou ao Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCE-RO R\$ 4.789.000,00 (quatro milhões, setecentos e oitenta e nove mil reais). Além disso, foi procedida a abertura de crédito adicional no valor de R\$13.928.346,54 (treze milhões, novecentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando R\$ 18.717.346,54 (dezoito milhões, setecentos e dezessete mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Em comparação com o exercício anterior (2023) houve um aumento de R\$ 15.817.346,54 (quinze milhões, oitocentos e dezessete reais, trezentos e quarenta e seis mil e cinquenta e quatro centavos) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 545,42% de incremento de um exercício para o outro.

O valor total empenhado acumulado é de R\$ 17.794.828,75 (dezessete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) e o valor liquidado acumulado foi de R\$ 4.326.295,27 (quatro milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos), representando respectivamente 371,58% e 90,34% do total da dotação orçamentária na LOA.

Já em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram aproximadamente 4920,64% e as liquidadas em torno de 1120,62%.

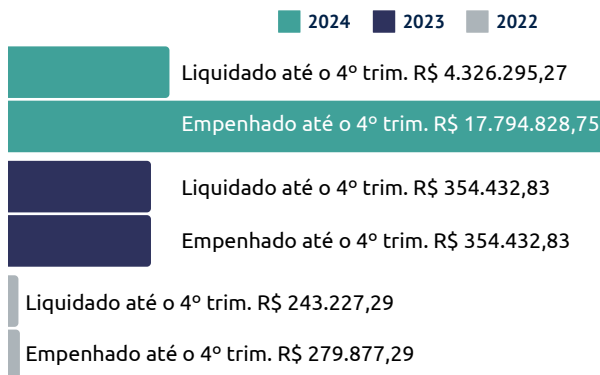
A diferença entre a dotação inicial na LOA e o valor empenhado no FDI se deveu a necessidade de abertura de crédito adicional especial no valor de R\$13.928.346,54 (treze milhões, novecentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), com arrimo na Lei nº 5.916, de 21 de novembro de 2024, para suprir a insuficiência de recursos causada pela frustração na arrecadação na fonte 1500 no orçamento do Governo do Estado de Rondônia, conforme indicado no **Ofício nº 3803/2024/GOV-RED ID 0780547, Processos nº 008825/2024 e 008924/2024**. Esta situação referida será incluída nas Notas Explicativas da prestação de contas de 2024.

Gestão Orçamentária

Execução LOA - 2024 (UG. Fundo de Desenvolvimento Institucional)

Na sequência, apresenta-se o comparativo entre as despesas empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2022, 2023 e 2024:

Gráfico 25 - Execução LOA 2022, 2023 x 2024 (FDI).



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o FDI/TCE-RO empenhou R\$ 10.007.951,06 (dez milhões, sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e seis centavos) em despesa corrente, sendo destinados ao custeio de outras despesas correntes.

Em relação a categoria econômica despesas de capital foram empenhados o montante de R\$ 7.786.877,69 (sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

